



E003/S002

RENTABILIDADE BASE PROJETADA

29,60 %
a.a.

Aporte mínimo

R\$ 25.000,00

Período estimado

24 meses

Tipo de risco

União Federal

Tipo

Ativo Judicial

Emissão

003

Série

002



Sumário de Investimento

Trata-se da Série 002 da Emissão de Certificados de Recebíveis ("CRs") lastreados em honorários advocatícios de processos judiciais contra o Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") para pagamento do benefício de auxílio acidente ("Operação").

Com uma taxa de retorno estimada em 29,60% ao ano (cenário base) e prazo médio (duration) de 24 meses, o investimento irá financiar escritórios de advocacia por meio da aquisição de direitos creditórios correspondentes à recebíveis de honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais oriundos de processos judiciais de benefício do auxílio acidente.

A estimativa acima não é uma promessa ou garantia de retorno. Os potenciais investidores devem ler todos os fatores de risco associados à oferta, bem como estarem cientes dos riscos associados à perda total ou parcial de seus investimentos ou a obtenção de rendimentos inferiores àqueles estimados.



Contexto Histórico e Econômico

Desde 2012, ocorreram cerca 6.774.543 acidentes do trabalho formalmente notificados, com uma subnotificação estimada em 19%, conforme indicam os dados do **Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho do Smartlab**.¹ No Brasil, os trabalhadores que sofrem acidente do trabalho possuem direito a um benefício previdenciário chamado de auxílio acidente. Na média o valor mensal desse benefício é de R\$ 1.330,74, segundo o **Boletim Estatístico da Previdência Social – Vol. 28 Nº 1**.² O propósito desse benefício é ajudar financeiramente aqueles trabalhadores cujo risco de integridade física por conta da atividade profissional se concretiza, deixando alguma lesão definitiva ou sequela.

A concessão desse benefício em específico quase sempre exige a judicialização de processo contra o órgão público federal, pois a Previdência Social usualmente não o concede de forma administrativa, sendo que o grau de judicialização é de mais de 70%, conforme o mesmo boletim oficial.

Brasil afora, inúmeros advogados se dedicam a assessorar clientes que sofreram acidentes do trabalho a conseguirem o auxílio acidente via Judiciário. Mesmo com a cumulação do direito ao benefício por meses, os valores a serem recebidos pelos titulares desse direito ficam abaixo de 60 salários mínimos, de modo que esses valores são pagos via Requisição de Pequeno Valor ("RPV"). Tanto o processo judicial quanto o pagamento do RPV possuem um trâmite mais célere que um processo normal, inclusive porque também não se submetem às regras impostas pela PEC dos Precatórios – Emenda Constitucional nº 114.

Em vista da condição financeira dos clientes, os advogados patronos desses processos costumam aceitar receber os seus honorários apenas no final de cada processo, o conhecido "ganhar no êxito". Esse fluxo de caixa futuro cria uma necessidade de financiamento, pois as despesas dos

escritórios de advocacia acontecem mensalmente.

A Kateto, empresa especializada em créditos judiciais, originou uma carteira de honorários advocatícios advindos de processos judiciais cujo objeto são os benefícios de auxílio acidente.

A Hurst, Plataforma de crowdfunding e securitizadora, securitizou esse fluxo de recebíveis de honorários advocatícios e agora traz essa oportunidade de investimento com exclusividade para seus clientes, por meio de uma oferta pública de CRs, de acordo com as normas previstas na Resolução CVM nº 88.

Os referidos créditos apesar de serem oriundos de uma tese específica (auxílio acidente) continuam dentro da tese de investimento em ativos judiciais, em que os investidores adquirem com desconto os recebíveis judiciais correndo o risco de crédito da União Federal.

Atenção! Sem prejuízo dessas diligências prévias, o investimento em CRs continua envolvendo riscos e não conta com quaisquer garantias, sejam elas do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ou de instituições intermediárias.

[\[LINK 1\]](#) [\[LINK 2\]](#)



E003/S002

RENTABILIDADE BASE PROJETADA

29,60 %
a.a.

Aporte mínimo

R\$ 25.000,00

Período estimado

24 meses

Tipo de risco

União Federal

Tipo

Ativo Judicial

Emissão

003

Série

002



Por que gostamos dessa oportunidade?

Retorno atrativo

Rentabilidade alvo projetada de 29,60% ao ano ou 290,91% do CDI – acima da grande maioria dos títulos de renda fixa. A estimativa acima não é uma promessa ou garantia de retorno. Os potenciais investidores devem ler todos os fatores de risco associados à oferta, bem como estarem cientes dos riscos associados à perda total ou parcial de seus investimentos ou a obtenção de rendimentos inferiores àqueles estimados.

Risco de Crédito da União Federal Com Prioridade

Recebíveis com risco de crédito da União Federal com prioridade de pagamento por ser um RPV, tendo que ser pago em até 60 dias do trânsito em julgado de cada processo, não se submetendo às regras de precatórios.

Prazo Médio

Com o prazo médio de 24 meses, o investimento começará o fluxo de pagamento cerca de 6 meses antes e poderá se estender por mais 6 meses.

Escritórios Especializados

Os escritórios de advocacia possuem comprovado conhecimento e experiência na tese.

Garantia de Reposição

Os escritórios de advocacia concedem aos investidores a garantia de reposição dos recebíveis, caso algum processo judicial seja julgado improcedente.

Provisão de Perda de 10%

Mesmo com a garantia de reposição dos escritórios de advocacia, a Operação possui uma provisão de perda de 10% dos processos como proteção ao investidor. Caso essa provisão não se realize, o retorno esperado do investidor pode subir até 43,11% ao ano.

Carteira Pulverizada

A mitigação de risco por pulverização da carteira se dá em razão da emissão ser referente a recebíveis de honorários advocatícios de cerca de 349 ações judiciais processadas em diversas varas, comarcas e estados de todo o Brasil.

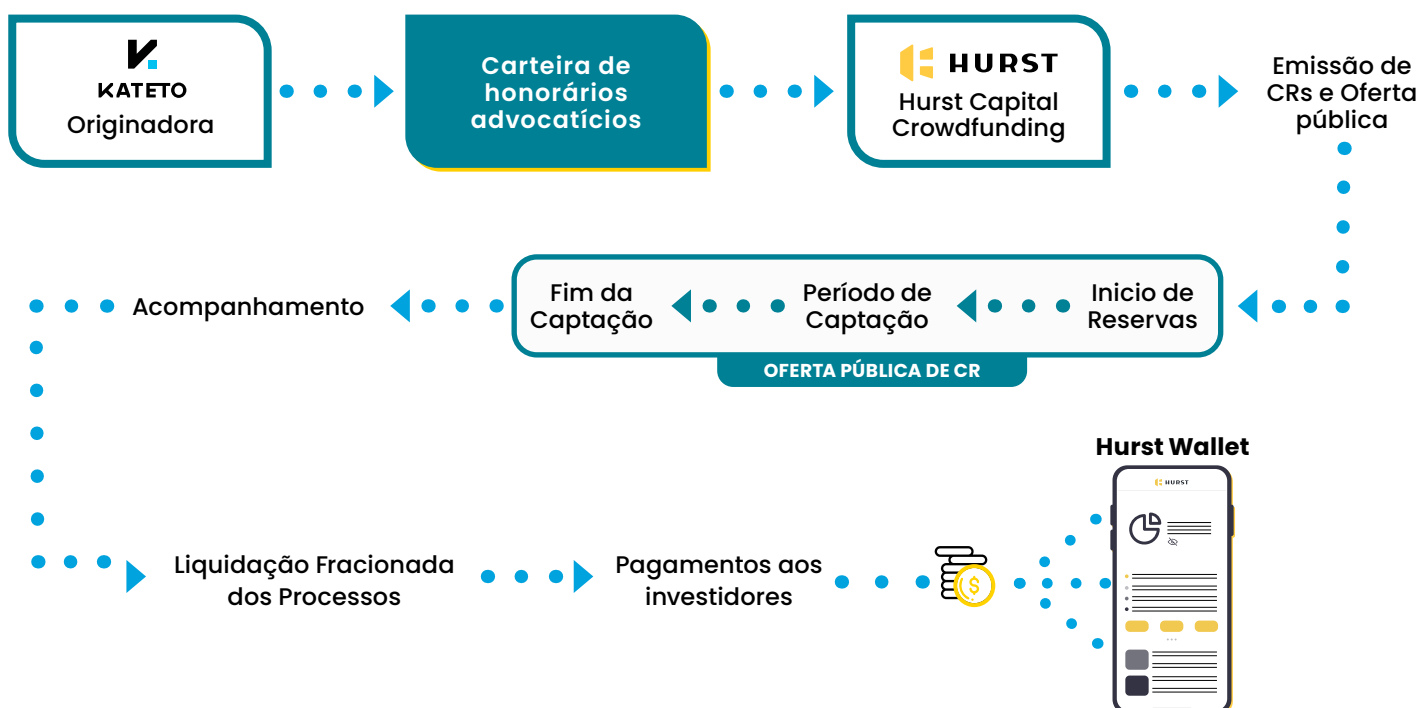
Aceitação pelos Judiciário

Avasta maioria da jurisprudência é a favor da condenação do INSS pelo pagamento do auxílio acidente, inclusive com inúmeras Súmulas editadas no âmbito do STJ.¹²

[\[LINK 1\]](#) [\[LINK 2\]](#)



Fluxo da operação





E003/S002

RENTABILIDADE BASE PROJETADA

29,60 %
a.a.

Aporte mínimo

R\$ 25.000,00

Tipo de risco

União Federal

Emissão

003

Período estimado

24 meses

Tipo

Ativo Judicial

Série

002



Projeção de modelos

Cenários - Série 1 / Série 2 / Série 3

INVESTIDORES ACIMA DE R\$ 100K	SÉRIE - 001	CONSERVADOR	BASE	OTIMISTA
	Volume	R\$ 1.150.000,00	R\$ 1.150.000,00	R\$ 1.150.000,00
	Rentabilidade TIR (%a.a.)	21,75%	31,66%	46,20%
	MOIC	1,72x	1,69x	1,71x
	Rentabilidade (%CDI)	212,33%	311,15%	443,37%
	Prazo Médio	34 meses	24 meses	18 meses
INVESTIDORES DE R\$ 25 A 100K	SÉRIE - 002	CONSERVADOR	BASE	OTIMISTA
	Volume	R\$ 1.150.000,00	R\$ 1.150.000,00	R\$ 1.150.000,00
	Rentabilidade TIR (%a.a.)	20,42%	29,60%	43,11%
	MOIC	1,67x	1,64x	1,66x
	Rentabilidade (%CDI)	199,34%	290,91%	413,76%
	Prazo Médio	34 meses	24 meses	18 meses
INVESTIDORES DE R\$ 5 E 25K	SÉRIE - 003	CONSERVADOR	BASE	OTIMISTA
	Volume	R\$ 850.000,00	R\$ 850.000,00	R\$ 850.000,00
	Rentabilidade TIR (%a.a.)	19,09%	27,54%	40,04%
	MOIC	1,62x	1,59x	1,19x
	Rentabilidade (%CDI)	186,28%	270,67%	384,30%
	Prazo Médio	34 meses	24 meses	18 meses

(apenas para atendimento digital via app)

*Os cenários acima não são uma promessa ou garantia de retorno. Os potenciais investidores devem ler todos os fatores de risco associados à oferta, bem como estarem cientes dos riscos associados à perda total ou parcial de seus investimentos ou a obtenção de rendimentos inferiores àqueles estimados.



Custos e Tributação

A tributação dos rendimentos/lucros obtidos nesse investimento seguirá a regra da tabela regressiva de tributação da renda fixa brasileira. Desta forma, a alíquota aplicável será de 17,5% sobre os rendimentos.

IMPOSTO DE RENDA

DATA	ALÍQUOTA
Até 180 dias	22,5%
Até 360 dias	20%
Até 720 dias	17,5%
+ que 720 dias	15%

Fonte: Receita Federal





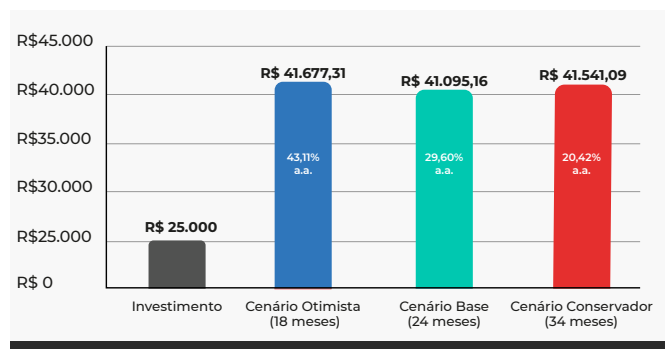
E003/S002	RENTABILIDADE BASE PROJETADA	Aporte mínimo R\$ 25.000,00
	29,60 % a.a.	Período estimado 24 meses

Tipo de risco União Federal	Emissão 003
Tipo Ativo Judicial	Série 002



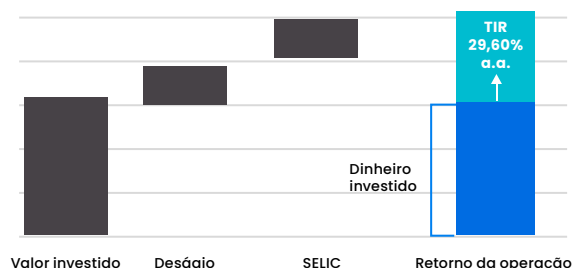
Retorno da operação

É importante avaliar o investimento além da TIR (Taxa Interna de Retorno) considerando a possibilidade de pagamento em prazo incerto. Para auxiliar nesta tomada de decisão, elaboramos um gráfico que simula o investimento em cada um dos cenários estimados (Conservador, Base e Otimista) e suas respectivas Taxas Internas de Retorno, lembrando que cada cenário pode variar em menor ou maior tempo.



Como funciona o retorno da operação?

O valor de face do ativo é corrigido monetariamente e acrescido por alguma taxa que remunere o capital, tipicamente representados pela taxa SELIC, que, somada ao deságio, formam a rentabilidade total da operação.



Riscos – O que você deve considerar?

Os principais riscos da Operação foram listados abaixo, sem prejuízo da análise minuciosa a ser realizada pelo investidor aos riscos descritos nos Contratos da Operação, incluindo o Termo de Adesão e Ciência de Risco da oferta.

1. Possibilidade de perda dos processos judiciais para reconhecimento dos clientes como beneficiários do auxílio acidente.
2. Após condenação da União Federal, a dívida poderá não ser paga no prazo previsto. Os atrasos mencionados podem ensejar em maior tempo para pagamento dos RPVs e, portanto, maior tempo de indisponibilidade dos recursos aplicados pelo investidor.
3. Como se trata de operação que envolve direitos creditórios de terceiros, há o risco de o cedente original negociar os direitos em fraude contra terceiros (como credores) e/ou os recebíveis serem objeto de execução de garantias e outras medidas legais, o que pode resultar em perda parcial ou total do investimento.
4. O recente desenvolvimento da securitização de direitos creditórios pode gerar riscos judiciais e/ou financeiros aos investidores. A securitização de recebíveis é uma operação complexa quando comparada a outras emissões de valores mobiliários em razão de o risco de crédito e solvência dos valores mobiliários emitidos pelo veículo securitizador. Os direitos creditórios integram o lastro dos CR e constituem sua fonte de pagamento. A realização inadequada e/ou atrasos na implementação

da cobrança dos direitos creditórios que constituem o lastro dos CR, bem como a inadimplência de seus devedores, podem, assim, afetar direta e adversamente o pagamento dos CR.

A Lei 14.430 e a Resolução CVM 60, em conjunto com a Resolução CVM 88, Ofício 4 CVM/SSE e o Ofício 6 CVM/SER, dentre outros normativos, constituem os principais diplomas legais e infralegais regulando a securitização de direitos creditórios e sua oferta por meio de plataformas de crowdfunding. No entanto, as ofertas realizadas por meio de plataformas de crowdfunding foram pouco utilizadas no mercado e não foram completamente reguladas.

Dessa forma, por se tratar de um mercado recente no Brasil, que ainda não se encontra totalmente regulamentado, podem ocorrer situações em que ainda não existam regras que o direcionem, gerando assim um risco aos investidores, uma vez que o Poder Judiciário e os órgãos reguladores poderão, ao analisar a emissão e interpretar as normas que regem o assunto, proferir decisões desfavoráveis aos interesses dos investidores.

5. A emissora está sujeita a cenários de insolvência, falência, recuperação judicial ou extrajudicial.



E003/S002

RENTABILIDADE BASE PROJETADA

29,60 %
a.a.

Aporte mínimo

R\$ 25.000,00

Período estimado

24 meses

Tipo de risco

União Federal

Tipo

Ativo Judicial

Emissão

003

Série

002



Disclaimer

A oferta apresentada nesta plataforma está automaticamente dispensada de registro pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos termos da Resolução CVM nº 88 e dos Ofícios-Circulares nº4/2023 e nº 6/2023 expedidos pela Superintendência de Supervisão de Securitização (SSE) da CVM. A CVM não analisa previamente as ofertas amparadas nesta Resolução. As ofertas realizadas não implicam por parte da CVM a garantia da veracidade das informações prestadas ou de adequação à legislação vigente. Antes de aceitar uma oferta leia com atenção as informações essenciais da oferta, em especial a seção de alertas sobre riscos.

A apresentação foi preparada pela Hurst Serviços de Investimento Coletivo e Securitização S.A. (“Plataforma”), apenas com o propósito informativo, não sendo de forma alguma oferta vinculante. Todas as condições e termos da Operação são definidos nos documentos “Termo de Securitização de Direitos Creditórios e Emissão de Certificados de Recebíveis da Hurst Serviços de Investimento Coletivo e Securitização S.A.”, assinado pela plataforma e Compromisso de Subscrição dos Certificados de Recebíveis, com Termo de Adesão e Ciência de Risco” (“Contratos da Operação”), a ser assinado pelos investidores, para adesão aos termos da oferta. A Operação descrita nesta página é de adesão à oferta pública de distribuição de CRs com lastro nos direitos creditórios correspondentes à recebíveis de honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais oriundos de processos judiciais de benefício do auxílio acidente, nos termos dos Contratos da Operação.

O prazo da Operação e a rentabilidade calculada foram projetados com base na (i) atualização incidente sobre cada direito creditório que integra a carteira, considerando as projeções futuras de mercado, indicadas na seção “Retorno da Operação”, (ii) no valor da aquisição dos direitos creditórios, com deságio e (iii) o vencimento estimado. A Plataforma não se compromete com a exatidão das informações e previsões fornecidas aqui, nem tampouco a atualizar a apresentação, podendo alterar seu conteúdo sem aviso prévio.

A a Plataforma não dá declarações ou garantias de que as informações contidas nesta apresentação ou a própria apresentação estão completas ou precisas, nem por nenhuma omissão nesta apresentação ou em qualquer comunicação oral transmitida ao receptor ao longo de sua análise, se comprometendo apenas tomar todas as cautelas e agir com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações transmitidas sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Estas declarações, estimativas e projeções refletem as premissas da Plataforma e de terceiros, e estão sujeitas a incertezas e contingências econômicas e mercadológicas do mercado de biotecnologia, a maioria das quais estão fora do controle da Plataforma. As previsões e os resultados podem divergir do previsto e estas divergências podem ser significativas.

O conteúdo ainda não é, nem contém qualquer recomendação, indicação e/ou aconselhamento de investimento, sendo de única e exclusiva responsabilidade do investidor a tomada de decisão. Caso algum investidor decida investir nesta Operação, como todo e qualquer investimento, o investimento CRs apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

Recomenda-se que os potenciais investidores interessados nesta Operação consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-lo na avaliação da adequação ao perfil de investimento, bem como dos riscos inerentes ao negócio. Todos os investimentos envolvem risco, incluindo o risco de perda de todo capital investido. Diversificação e alocação de ativos alternativos não garantem lucros ou garantia contra perdas. As decisões de investimento devem ser baseadas nos objetivos do investidor, horizonte de tempo e tolerância ao risco.